



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 26/2018**

**TIPO: MENOR PREÇO**

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP**

**PROCESSO: 0005196-79.2018.4.01.8010**

A **JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU–SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ**, por intermédio da Pregoeira Izabel Cristina de Melo Amorim, designada pela Portaria-Diref nº 383, de 21 de setembro de 2017, torna público, a abertura de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, a ser realizado por meio da tecnologia da informação, pelo sistema de **registro de preços**, obedecidos os preceitos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, [Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006](#), Lei nº 8.078/90 (Lei do Consumidor), do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Decreto 7.892, de 23/01/2013 e do Decreto 8.538, de 06/10/2015, aplicando-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e subordinando-se às condições e exigências estabelecidas neste Edital.

### **1. DO OBJETO**

- A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços** para futura e eventual aquisição de materiais de copa, cama, mesa e banho para atender as necessidades da Seção Judiciária do Pará e dos órgãos participantes, de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

**1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.**

**1.2. Em atendimento ao art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, esta licitação é destinada EXCLUSIVAMENTE à participação de MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.**

### **2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

**2.1. O órgão gerenciador será a Justiça Federal – Seção Judiciária do Pará.**

**2.2. Órgãos participantes:**

**2.2.1. Comando do Exército – 2º BATALHÃO DE INFANTARIA E SELVA - UASG: 160161**

**2.2.2. Comando do Exército – BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN) - UASG: 160196;**

### **3. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

**Data: 10/10/2018**

**Horário: 09h00** (horário de Brasília)

**Local: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)**

#### **4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**4.1.** Poderão participar deste Pregão **exclusivamente microempresas e empresas e pequeno porte**, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**4.2.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**4.3.** O credenciamento junto ao comprasnet implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

**4.4.** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Seção Judiciária do Pará - responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**4.5.** Não será permitida a participação de empresas:

- a)** suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com a Justiça Federal – Seção Judiciária do Pará, durante o prazo da sanção aplicada;
- b)** declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- c)** impedidas de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada (art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 28 do Decreto nº 5.450/05);
- d)** proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
- e)** proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- f)** quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
  - f.1)** Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- g)** sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

- h) cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**;
- i) que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, ou incorporação;
- j) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- k) consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.
- l) que estejam constituídas sob forma de cooperativas, tendo em vista as disposições contidas no Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União, devidamente homologado pelo juiz da 20ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, nos autos do processo 01082-2002-020-10-00-0.
- m) que constem do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- n) que constem do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- o) que constem da Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

**4.6.** A licitante ficará obrigada a manter válidos todos os documentos relativos à regularidade de Cadastramento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF durante todo o procedimento licitatório, bem como durante o período da execução dos compromissos assumidos (art. 55, Inc. XIII da Lei n.º 8.666/93 c/c art. 9º da Lei nº 10.520/2002).

## 5 – PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

**5.1.** O Pregoeiro e sua equipe de apoio obedecerão, na execução dos seus trabalhos, aos trâmites e procedimentos estabelecidos nas alíneas abaixo:

- a) na data e no horário estabelecidos no item 2 do Edital, o pregoeiro efetuará a abertura das propostas encaminhadas pelo sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br);
- b) abertas as propostas, o pregoeiro verificará a conformidade de cada item com os requisitos estabelecidos;
- c) caso o pregoeiro entenda que o item não atende aos requisitos estabelecidos no edital, este será desclassificado;



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

d) O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

d.1) Não sendo aceito, o pregoeiro, por intermédio do sistema eletrônico, poderá encaminhar contraproposta objetivando a redução do preço ofertado ou proceder à recusa da proposta;

d.2) O pregoeiro não está obrigado a aceitar qualquer valor inferior ao valor de referência, podendo recusar valor abaixo do valor de referência com o objetivo de obter preço mais vantajoso.

e) havendo recusa de aceitação por parte da primeira colocada, o pregoeiro recusará sua proposta e direcionará a contraproposta à licitante imediatamente classificada no item, e assim sucessivamente, até a obtenção do preço julgado aceitável;

f) obtida uma proposta de preços julgada aceitável, o pregoeiro consultará a base de dados do SICAF para verificar se a sua autora preenche os requisitos habilitatórios fixados no Edital, concernentes à regularidade fiscal e à demonstração da boa situação financeira;

g) verificado o desatendimento pela licitante de qualquer dos requisitos de habilitação, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte da licitante imediatamente classificada no item, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda os termos do Edital;

h) encerrada a fase de habilitação do certame e, não havendo quem pretenda recorrer, o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação em favor da(s) licitante(s) julgada(s) vencedora(s);

i) manifestando qualquer das licitantes a intenção de recorrer, o processo somente será encaminhado para fins de adjudicação e homologação do resultado após o transcurso da fase recursal.

**5.2** - A comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**5.3** - Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.4** - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

**5.5** - O pregoeiro e a autoridade superior da Seção Judiciária do Pará poderão **pedir esclarecimentos e promover diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo**, isso em qualquer fase da licitação e sempre que julgarem necessário, fixando aos licitantes prazos para atendimento, vedada a inclusão posterior de informação que deveria constar originariamente da proposta.

**5.6** - No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos apresentados mediante despacho fundamentado, registrado em ata.

## 6 – DA PROPOSTA



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

**6.1** – A empresa interessada em participar do certame deverá encaminhar sua proposta comercial, exclusivamente, por meio eletrônico para o sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” do site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de proposta.

**6.2** – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

**6.3** – A licitante deverá, na forma expressa no sistema eletrônico, consignar valores, marca, modelo, fabricante, **no que for aplicável**, bem como os valores unitários e o total, e a descrição complementar, sob pena de desclassificação de sua proposta.

**6.3.1** – Na Descrição Complementar a licitante deverá informar, se for o caso, a especificação do objeto cotado.

**6.3.2** – A licitante deverá indicar **APENAS UMA MARCA E UM MODELO** para cada objeto cotado.

**6.4** - Os preços ofertados deverão, obrigatoriamente, contemplar todos os impostos, fretes, taxas, custo com envio e retirada de amostras, substituição de materiais e demais despesas decorrentes do fornecimento do objeto.

**6.5** – A licitante deverá fixar os preços em moeda nacional, com apenas duas casas decimais.

**6.5.1** – Para efeito de contratação, a licitante melhor classificada que tenha descumprido a exigência constante deste subitem, terá os valores arredondados para duas casas decimais, sendo que o arredondamento será realizado apenas com o desprezo de qualquer valor após a segunda casa decimal.

**6.6** - As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública.

**6.6.1** – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem que tenha ocorrido a homologação da licitação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

**6.7** – Será solicitada amostra dos materiais cotados para cada item, para verificação de que a mesma esteja em conformidade com os requisitos de apresentação, capacidade de execução, resistência, acabamento, medidas corretas, praticidade e validade do material de acordo com o edital e termo de referência

**6.7.1** - O custo referente à remessa e retirada da amostra para teste será de inteira responsabilidade da empresa licitante.

**6.7.2** – Se aprovada, a amostra fará parte do quantitativo a ser fornecido pela licitante vencedora, constando da primeira aquisição da Contratante.

**6.7.3** – A licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da solicitação do pregoeiro, para apresentar amostra no endereço: Justiça Federal no Pará – Seção de Material e Patrimônio, Rua Domingos Marreiros, 598, Umarizal, Cep.: 66.055-210, subsolo do prédio-sede.

**6.7.4** – A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome da licitante, conter os respectivos prospectos e manuais, se for o caso, e dispor na embalagem de informações quanto às suas características,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, número de referência, código do produto e modelo.

**6.7.4.1** – O material de origem estrangeira deverá apresentar na embalagem informações em língua portuguesa, suficientes para análise técnica do produto.

**6.7.5** – O produto apresentado como amostra poderá ser aberto, desmontado, instalado, conectado a equipamentos e submetido aos testes necessários, sendo devolvidos à licitante no estado em que se encontrar ao final da avaliação, não cabendo qualquer ressarcimento à licitante.

**6.7.6** – Após a homologação do certame a licitante tem 60 dias para retirar a amostra no endereço: Justiça Federal no Pará - Seção de Material e Patrimônio, Rua Domingos Marreiros, 598, Umarizal, Belém/PA, CEP: 66.055-210, subsolo do prédio-sede. Ao término do prazo, não havendo a retirada da amostra, esta será descartada.

**6.7.7** – Não será aceita a proposta da licitante que tiver rejeitada ou não entregá-la no prazo estabelecido.

**6.8** – Qualquer elemento que possa identificar a licitante, antes do término da fase de lance, importa a desclassificação da proposta.

**6.9** – Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

**6.10** – Os produtos cotados terão validade e garantia conforme determinado no termo de referência, anexo I deste edital.

**6.11** – A proposta que estiver em desacordo com o solicitado será recusada.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**7.1.** O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

7.1.1. Caso o pregoeiro entenda que o preço pode ser inexequível, concederá prazo para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta, este prazo não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) horas.

7.1.2. A comprovação da exequibilidade deverá ser feita através de documentos. Não será aceito declaração da licitante afirmando que o preço é exequível.

**7.2.** Será desclassificada a proposta de qualquer licitante que não encaminhar dentro dos prazos estabelecidos no edital os documentos solicitados ou não responder ao questionamento feito pelo pregoeiro no Chat.

**7.3.** Será desconsiderada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

**7.4.** Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

**7.5.** Será desclassificada a proposta que não atenda às exigências do edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, ou descumpram qualquer prazo estabelecido.

**7.6.** O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Seção Judiciária do Pará ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

**7.7.** Se a proposta não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

**7.8.** Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o Pregoeiro solicitará da respectiva licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

**7.9.** Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

**7.10.** A apresentação de novas propostas nesta fase do certame não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

## **8 – DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)**

**8.1** - Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**8.2** - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

**8.3** - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**8.4** - Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá para efeito de classificação aquele que for registrado em primeiro lugar.

**8.4.1.** Em não havendo lance o desempate será decidido pelo pregoeiro, após a fase de lances, quando serão enviadas mensagens, via *chat*, aos licitantes em igual condição para apresentarem lance único através do sítio *Comprasnet* (campo Anexos da Proposta).

**8.5** - Durante o transcurso da sessão pública o pregoeiro enviará mensagens, via *chat*, aos licitantes, mas estes só poderão se comunicar com o pregoeiro por iniciativa deste, após o encerramento da fase de lances.

**8.6** - A etapa de lances será encerrada a qualquer momento, dentro do tempo aleatório, pelo sistema eletrônico. O tempo aleatório poderá chegar, no máximo, a 30 (trinta minutos).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

**8.7 - A microempresa ou empresa de pequeno porte** deverá, obrigatoriamente, declarar no COMPRASNET esta condição.

**8.7.1.** O sistema do Comprasnet possui o campo próprio para declaração da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

**8.7.2 -** A declaração será juntada aos autos.

**8.8 -** O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

**8.9 -** No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.9.1 -** Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes pelo próprio Comprasnet – Pregão Eletrônico.

**8.10 -** Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no Edital.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

**9.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**9.1.1.** SICAF;

**9.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas–**CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

**9.1.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo **CNJ**-Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**9.1.4.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União–**TCU**;

**9.1.5.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**9.1.6.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

**9.2.** Constitui condição de habilitação a apresentação dos seguintes documentos:

**9.2.1.** Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;

**9.2.2.** Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99); (todos os licitantes devem apresentar);

**9.2.3.** Declaração de que a empresa licitante conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação;

**9.2.4.** Declaração de elaboração independente de proposta;

**9.2.5.** Certificado de Regularidade do **FGTS** – CRF (*emitido pela Caixa Econômica Federal*);

**9.2.6.** Certidão Negativa de Débito (CND) ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa - CPD-EN (*emitida pelo **INSS** em conjunto com a Receita Federal do Brasil*);

**9.2.7.** Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil (*emitida pela **Receita Federal do Brasil** em conjunto com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional*);

**9.2.8.** Certidão Negativa de Tributos Estaduais (*expedida pela Secretaria de Fazenda do Estado*);

**9.2.9.** Relativos à Habilitação Jurídica, conforme o caso, a licitante deverá apresentar (só para as empresas não cadastradas no SICAF ou com cadastramento vencido):

**9.2.9.1.** registro comercial, no caso de empresa individual;

**9.2.9.2.** ato constitutivo, estatuto ou **Contrato Social** em vigor devidamente registrado, em se tratando de **sociedades comerciais** e, no caso de **sociedades por ações**, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**9.2.9.3.** inscrição do ato constitutivo, no caso de **sociedades civis**, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

**9.2.10.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) (emitida pela Justiça do Trabalho);

**9.3.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos no presente Edital.

**9.4.** Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

**9.5.** Será inabilitada a licitante que deixar de atender qualquer exigência de habilitação.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

## 10. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS

10.1. As declarações solicitadas deverão ser enviadas observando-se:

10.1.1. Aquelas que fazem parte do Sistema do Comprasnet serão solicitadas pelo sistema e deverão ser enviadas no momento do envio da proposta;

10.1.2. Aquelas que não constam do sistema do Comprasnet, serão solicitadas pelo pregoeiro e deverão ser feitas no Chat.

10.2. Para as licitantes cadastradas no **SICAF** – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, o Pregoeiro verificará, através de consulta *on line* ao sistema SIASG/SICAF, a regularidade da licitante, imprimindo a “Declaração de Situação”, que instruirá o processo.

10.3. Após solicitação do Pregoeiro, **a licitante cadastrada no SICAF** ou **não** terá o prazo de até **2 (duas) horas** para anexar ao sistema do Comprasnet, no campo enviar anexo e após o pregoeiro convocar anexo, todos os documentos de habilitação discriminados pelo pregoeiro.

10.3.1. Os documentos deverão ser anexados em arquivo único, podendo o arquivo ser compactado.

10.3.2. Caso o pregoeiro entenda necessário poderá fazer novas convocações para envio de anexo, inclusive com extensão de prazo.

10.4. Caso o pregoeiro solicite, via chat, o original ou cópia autenticada de qualquer documentação anexada ao sistema, esta deverá ser remetida por Sedex, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas) após o término da Sessão, para o endereço: Justiça Federal no Pará – Seção de Compras e Licitações, Rua Domingos Marreiros, 598, Umarizal, Belém/PA, Cep. 66055-210.

10.4.1. A empresa poderá entregar a documentação diretamente ao pregoeiro.

10.5. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente ou por publicação em órgão de Imprensa Oficial.

10.6. Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização.

10.6.1. A não-regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.7. Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.8. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

também devidamente consularizados.

**10.9.** Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados.

**10.10.** O descumprimento de qualquer prazo implicará na inabilitação do licitante.

## **11 – DO JULGAMENTO**

**11.1** - O julgamento e a adjudicação do objeto desta licitação serão realizados pelo menor preço por **lotes**, atendendo critérios objetivos.

**11.2** - Não serão consideradas quaisquer vantagens não previstas no edital.

**11.3** - No julgamento e adjudicação do objeto desta licitação levar-se-á em consideração o valor ofertado pelas empresas licitantes, devendo ser declarada vencedora aquela que, tendo apresentado o menor preço aceito pelo pregoeiro, seja também considerada habilitada.

## **12 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**12.1** – A Seção Judiciária do Pará não tem definição imediata de aquisição para as quantidades registradas, considerando que os pedidos ocorrerão mediante demanda da Unidade Requisitante.

**12.2** – Homologado o resultado da licitação e disponibilizada a Ata de Registro de preços, no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a licitante vencedora, observado o disposto no art. 11 do Decreto 7.892/13, **DEVERÁ ASSINÁ-LA ELETRONICAMENTE**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do envio da notificação, que será expedida para o e-mail indicado na proposta de preços, sob pena de decair do direito a ter o seu preço registrado.

**12.3** - O prazo fixado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, desde que a solicitação seja apresentada ainda durante o transcurso do interstício inicial, e, na hipótese de ocorrência de motivo justo e aceito pela Seção Judiciária do Pará.

**12.4** – Desde que atendidos os pressupostos dos artigos 11 e 26 do Decreto nº 7.892/13, serão registrados em ata os preços e quantitativos dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais ao do licitante mais bem classificado; segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.

**12.5** – A Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura.

**12.6** – A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892/13, e na Lei nº 8.666/93.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

**12.6.1.** Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

**12.6.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**12.6.3.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**12.6.4.** As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

**12.6.5.** Ao órgão não participante que aderir à presente ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**12.7** – Os licitantes deverão manter as mesmas condições de habilitação consignadas no edital, durante toda a vigência da ata.

**12.8** – A Administração poderá convocar o licitante subsequente na ordem de classificação para assinar a Ata-SRP, ou retirar o instrumento equivalente, caso a Contratada apresente alguma irregularidade no SICAF, ou quando o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, ou em qualquer outra hipótese de cancelamento do registro prevista nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13.

**12.9** – **Ficará a cargo do gestor da Ata de Registro de Preços fiscalizar o cumprimento, pela CONTRATADA, dos requisitos de sustentabilidade estabelecidos no Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ), em conformidade com a Resolução CNJ 201/2015 de 03/05/2015, c/c a IN nº 01/2010-MPOG, de 19/10/2015.**

### **13 – DA ALTERAÇÃO E DO CANCELAMENTO DA ATA**

**13.1** – A alteração da Ata de Registro de Preços e o cancelamento do registro do fornecedor obedecerão à disciplina do Decreto nº 7.892/13, con forme previsto na Ata de Registro de Preços anexa ao Edital.

**13.2** – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da possibilidade de alterações dos contratos eventualmente firmados.

### **14 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

**14.1** – A contratada se compromete a executar o objeto no prazo não superior ao estabelecido no Termo de Referência, contados da data de recebimento da nota de empenho da despesa.

**14.2** - Caso se veja impossibilitada de cumprir o prazo estipulado para a entrega do objeto, a empresa contratada deverá apresentar à Seção Judiciária do Pará, até a data de vencimento inicialmente fixada, pedido de prorrogação acompanhado de justificativa escrita e devidamente fundamentada.

**14.3** - O pedido de prorrogação do prazo de entrega deverá ser endereçado à Seção Judiciária do Pará (Secretaria Administrativa – SECAD) localizada na Rua Domingos Marreiros, 598, Bairro Umarizal, Belém-PA, Cep. 66055-210, ficando a critério da Seção Judiciária do Pará acolher ou não o requerimento da contratada.

**14.4** - Vencido o prazo inicialmente fixado ou o de uma eventual prorrogação sem que o objeto tenha sido entregue, a Seção Judiciária do Pará oficiará à contratada acerca do transcurso da data limite, passando o inadimplemento, a partir daí, a ser considerado como recusa do cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, sujeitando a empresa às penalidades previstas neste Edital.

## **15 – DO PAGAMENTO**

**15.1** – A Seção Judiciária do Pará promoverá o crédito da quantia em conta-corrente por meio de ordem bancária, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após o recebimento do objeto.

**15.2** – Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será susinado e ficará pendente até que a contratada adote as medidas saneadoras.

**15.3** – Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, o prazo fixado para que a Seção Judiciária do Pará efetue o pagamento será interrompido, voltando a correr na sua íntegra após a contratada ter solucionado o problema.

**15.4**- Será considerada, para fins de pagamento, a data do recebimento definitivo do documento de cobrança no setor competente.

**15.5**- À Seção Judiciária do Pará fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no ato de aceitação da entrega do produto, este não estiver de acordo com as condições pactuadas, sem constituir-se em mora por essa decisão.

**15.6**- Poderá a Seção Judiciária do Pará, deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas e/ou indenizações devidas pela contratada.

**15.7**- Ocorrendo atraso nos pagamentos, serão devidos à Contratada juros de mora de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia, relativo ao período compreendido entre a data do vencimento do prazo para pagamento até a data de sua efetivação.

**15.8**- Sob pena de decair do direito, a contratada terá prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que receber o pagamento com atraso, para apresentar a nota fiscal de cobrança referente aos juros de mora, devendo apresentar juntamente com a nota fiscal de cobrança, a memória de cálculo correspondente ao valor cobrado.

**15.9** – Sendo a contratada optante pelo SIMPLES, deverá a mesma apresentar declaração (de acordo com a Instrução Normativa nº 1.244 da Receita Federal, de 30 de janeiro de 2012), juntamente com a nota fiscal de fornecimento dos produtos, de modo a que os tributos incidentes sobre a operação de venda dos mesmos sejam recolhidos naquela modalidade.

**15.10** – A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) entrar em contato com a Seção de Execução Financeira e Orçamentária – SEOFI, pelo telefone (0xx91) 3299-6166 até o mês



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

de fevereiro do exercício seguinte ao da licitação, com vistas ao recebimento da declaração de imposto retido na fonte - DIRF.

## **16 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Seção Judiciária do Pará ou a ele provisionados, os quais serão discriminados na respectiva Nota de Empenho.

## **17 - DAS PENALIDADES**

**17.1** – Em caso de descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, o Contratante poderá aplicar as seguintes sanções:

- a)** advertência;
- b)** multa;
- c)** impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até cinco anos, conforme o art. 7º da Lei n. 10.520/2002, regulamentada pelo art. 28 do Decreto n. 5.450/2005.

**17.1.1** – As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do subitem 17.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b” do mesmo item.

**17.2** – A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da realização do certame ou da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do ajuste, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento convocatório e no contrato dele decorrente e das demais cominações legais. Será, também, descredenciada no SICAF durante o período da sanção aplicada.

**17.3** – Caso a empresa vencedora se recuse a receber a nota de empenho no prazo indicado, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação. Em consequência, ser-lhe-á aplicada a sanção prevista no subitem 17.4, podendo ser cumulada com a da alínea “c” do item 17.1.

**17.4** – A inexecução total ou parcial da obrigação poderá ensejar a aplicação da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, da contratação ou sobre a parte não cumprida, conforme o caso, e, ainda, de acordo com a gravidade da falta, a aplicação da pena prevista na alínea “c” do subitem 17.1.

**17.5** – A contratada que não puder cumprir os prazos estipulados para a entrega, total ou parcial, dos serviços ou dos produtos deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, diante de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato; ou, ainda, em decorrência de fato ou ato de terceiro, reconhecido pela



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência, que impeça a execução do contrato.

**17.6** – Fica estipulado o percentual de 1% (um por cento) de multa, por dia de atraso no cumprimento das obrigações ajustadas, que incidirá sobre o valor empenhado ou sobre a quantia correspondente à parcela inadimplida da obrigação, limitada a 10 (dez) dias. Após, poderá ser considerada inexecução parcial ou total da obrigação.

**17.7** – A Contratada inadimplente que não tiver valores a receber do Contratante terá o prazo de cinco dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa, na forma estabelecida no subitem 17.6.

**17.8** – As multas devidas, bem como os prejuízos causados ao Contratante pela Contratada, serão deduzidas de pleno direito dos valores que lhe forem devidos, ou recolhidas por meio de GRU, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, ou cobrados judicialmente.

**17.9** – As penalidades previstas neste edital, precedidas de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão registradas no SICAF.

**18 – DOS RECURSOS, DA REPRESENTAÇÃO E DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO.**

**18.1** - Dos atos do pregoeiro ou da autoridade competente da Seção Judiciária do Pará caberá recurso, nos termos da Lei nº 10.520/02.

**18.2** - Na hipótese do item anterior, será concedido o prazo máximo de 03 (três) dias para a apresentação de memoriais do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr após o término do prazo da recorrente.

**18.3** - Os recursos contra anulação ou revogação da licitação, bem como contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, poderão ser interpostos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em se verificar a intimação dos interessados.

**18.4** - A licitante poderá representar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, nos casos em que não caiba recurso hierárquico.

**18.5** - A licitante poderá pedir reconsideração, de decisão de autoridade superior, na hipótese de ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**19 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**19.1** - Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [cpl.pa@trf1.jus.br](mailto:cpl.pa@trf1.jus.br).

**19.2** - O Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

**19.3** - Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**19.4** - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento licitatório devem ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [cpl.pa@trf1.jus.br](mailto:cpl.pa@trf1.jus.br).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

**19.5** - As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) para conhecimento da sociedade em geral e dos licitantes.

**19.6** - Qualquer documento enviado via e-mail deverá, obrigatoriamente, ser confirmado seu recebimento através dos telefones (91) 3299-6156 e Fone/Fax:3299-6168

## **20 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1** – Serão desclassificadas ou inabilitadas as licitantes que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

**20.2** – A Seção Judiciária do Pará poderá adiar ou revogar a presente licitação, por interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente a justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, ficando, nesse último caso, desobrigada de indenizar, ressalvado o disposto no §2º do artigo 29 do Decreto nº 5450/2005.

**20.3** – Aos interessados nos atos decorrentes desta licitação e posterior contratação de seu objeto, serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**20.4** – As decisões do pregoeiro serão consideradas definitivas somente após terem sido homologadas pela autoridade competente da Seção Judiciária do Pará.

**20.5** – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**20.6** - O Edital também se encontra disponível na Seção de Compras e Licitações, Rua Domingos Marreiros, 598, Bairro Umarizal, Belém-PA, ou ainda na “HOMEPAGE” da Seção Judiciária do Pará na Internet ([www.jfpa.jus.br](http://www.jfpa.jus.br)).

**20.7** – ATENÇÃO: Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Resolução PRESI SECGE 16, de 03/09/2014. Para tanto, os representantes das **EMPRESAS VENCEDORAS**, após a homologação do Certame, **DEVERÃO OBRIGATORIAMENTE, SE CADASTRAR NO ACESSO EXTERNO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES (SEI)** no endereço: [https://sei.trf1.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf1.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0), sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

**20.7.1.** Após o cadastro no SEI as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estipulados neste Edital.

**20.8** – Esclarecimentos poderão ser obtidos através dos telefones (91) 3299-6156 ou 3299-6168.

**20.9** – Integram o presente Edital, independentemente de qualquer transcrição, os seguintes anexos:

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO II – MINUTA DA ATA REGISTRO DE PREÇOS**

Belém-PA, 26/09/2018.  
Heron Cardias e Silva  
Seção de Compras e Licitações



ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

1.1. Contratação de empresa para fornecimento, através do **Sistema de Registro de Preços**, de materiais de copa, cama, mesa e banho que serão utilizados em eventos, gabinetes de Magistrados e consultórios médicos da **Seção Judiciária do Pará**, bem como para atender as necessidades do **Comando do Exército – 2º Batalhão de Infantaria de Selva** e da Base de Administração e Apoio (CMN) em Belém (Órgãos Participantes).

**2. JUSTIFICATIVA**

2.1. Necessidade de aquisição de materiais de copa, cama, mesa e banho para uso nas salas de perícia, salas médicas e gabinetes de Juiz desta Seção Judiciária do Pará. Os materiais servirão para substituir, em parte, os que atualmente estão sendo utilizados, haja vista que, pela frequente utilização e sucessivas lavagens pelas quais passam, estão visivelmente desgastados.

**3. ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS**

3.1. A empresa contratada deverá fornecer os materiais de acordo com as especificações descritas no quadro abaixo:

LOTE 1 - MATERIAIS DE CAMA, MESA E BANHO E VALOR ESTIMADO								
LOTE/ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS	Und	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado	Órgão- Local de Entrega - Quantidade			Quantidade Total a ser Registrada
01	Toalha de mesa rendada, com dimensões de 2,20 m x 1,20 m, formato retangular, na cor branca, confeccionada em poliéster e algodão.	Un.	26,00	8.060,00	Justiça Federal do Pará	Belém	05	310
					Batalhão de Infantaria de Selva	Belém	300	
					Base de Administração e Apoio (CMN)	Belém	05	
02	Toalha de mesa rendada, com dimensões de 1,40 m x 1,40 m, formato retangular, na cor branca, confeccionada em poliéster e algodão.	Un.	51,00	15.810,00	Justiça Federal do Pará	Belém	05	310
					Batalhão de Infantaria de Selva	Belém	300	
					Base de Administração e Apoio (CMN)	Belém	05	
03	Toalha de mesa rendada, com dimensões de 2,50 m x 1,50 m, formato retangular, na cor branca, confeccionada em poliéster e algodão.	Un.	33,00	10.098,00	Justiça Federal do Pará	Belém	03	306
					Batalhão de Infantaria de Selva		300	
					Base de Administração e Apoio (CMN)		03	
04	Toalha de mesa rendada, com dimensões de 6,5 m x 2,0 m,	Un.	225,00	23.400,00	Justiça Federal do Pará	Belém	02	104

PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

	formato retangular, na cor branca, confeccionada em poliéster e algodão.				Batalhão de Infantaria de Selva	Belém	100	
					Base de Administração e Apoio (CMN)	Belém	02	
05	Toalhas de rosto, na cor branca, nas medidas aproximadas de 50 cm x 90 cm, tecido 100% algodão, peso mínimo 400g, lisa com felpa.	Un.	29,00	5.220,00	Justiça Federal do Pará	Belém	50	180
					Batalhão de Infantaria de Selva	Belém	80	
					Base de Administração e Apoio (CMN)	Belém	50	
06	Pano de prato, em tecido algodão felpudo, medidas aproximadamente 70 cm de comprimento e 45 cm de largura, cor predominantemente branca.	Un.	5,00	3.200,00	Justiça Federal do Pará	Belém	20	640
					Batalhão de Infantaria de Selva	Belém	600	
					Base de Administração e Apoio (CMN)	Belém	20	
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE 1</b>							<b>R\$- 65.788,00</b>	
<b>LOTE 2 - MATERIAIS DE COPA E COZINHA</b>								
07	Colher para coquetel, em aço inox, com 30 cm de comprimento, alta durabilidade. Marca e modelo de referência: Tramontina 63939/520.	Un.	17,00	1.156,00	Justiça Federal do Pará	Belém	04	68
					Batalhão de Infantaria de Selva	Belém	60	
					Base de Administração e Apoio (CMN)	Belém	04	
08	Espátula (ou pá) para bolo, em aço inox, com acabamento em alto-brilho. Dimensões aproximadas:(C x L x A) 26 x 6 x 4 cm.	Un.	24,00	1.632,00	Justiça Federal do Pará	Belém	04	68
					Batalhão de Infantaria de Selva	Belém	60	
					Base de Administração e Apoio (CMN)	Belém	04	
09	Pote de vidro, tipo bomboniere, estilo taça, com tampa e pé, acabamento liso, capacidade aproximada 2,5 litros.	Un.	16,30	1.434,40	Justiça Federal do Pará	Belém	04	88
					Batalhão de Infantaria de Selva	Belém	80	
					Base de Administração e Apoio (CMN)	Belém	04	
10	Balde térmico para gelo com retentor, todo em inox, com tampa e pinça, capacidade aproximada 2,5 litros.	Un.	60,00	4.080,00	Justiça Federal do Pará	Belém	04	68
					Batalhão de Infantaria de Selva	Belém	60	
					Base de Administração e Apoio (CMN)	Belém	04	
11	Peneira plástica para coar suco, diâmetro de 15 cm.	Un.	29,00	1.972,00	Justiça Federal do Pará	Belém	04	68
					Batalhão de Infantaria de Selva	Belém	60	

PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ

					Base de Administração e Apoio (CMN)	Belém	04	
12	Conjunto/caixa com 6 (seis) xícaras para café, com pires, em porcelana, cor branca, capacidade aprox. 70ml.	Un.	66,00	7.128,00	Justiça Federal do Pará	Belém	04	108
					Batalhão de Infantaria de Selva	Belém	100	
					Base de Administração e Apoio (CMN)	Belém	04	
13	Garrafa Térmica com alavanca de pressão, ampola de vidro, corpo de aço inox, parede interna de aço inox, alça e tampa de polipropileno reforçado de aço inox, com alça, capacidade de 1 Litros, conforme NBR 13282/98. Marcas de referência: Termolar, Aladdin, Invicta, Soprano ou similar.	Un.	75,00	6.600,00	Justiça Federal do Pará	Belém	04	88
					Batalhão de Infantaria de Selva	Belém	80	
					Base de Administração e Apoio (CMN)	Belém	04	
14	Garrafa Térmica com alavanca de pressão, ampola de vidro, corpo de aço inox, parede interna de aço inox, alça e tampa de polipropileno reforçado de aço inox, com alça, capacidade de 0,5 Litros, conforme NBR 13282/98. Marcas de referência: Termolar, Aladdin, Invicta, Soprano ou similar.	Un.	68,50	3.973,00	Justiça Federal do Pará	Belém	04	58
					Batalhão de Infantaria de Selva	Belém	50	
					Base de Administração e Apoio (CMN)	Belém	04	
15	Garrafa Térmica de ampola de vidro, revestimento de polipropileno, com mecanismo de pressão, capacidade de 0,5 Litros Litro, cor preta ou azul marinho, com alça lisa, conforme NBR 13282/98. Marcas de referência: Termolar, Aladdin, Invicta, Soprano ou similar.	Un.	66,00	5.940,00	Justiça Federal do Pará	Belém	20	90
					Batalhão de Infantaria de Selva	Belém	50	
					Base de Administração e Apoio (CMN)	Belém	20	
16	Garrafa Térmica de ampola de vidro, revestimento de polipropileno, com mecanismo de pressão, capacidade de 1 Litro, cor preta ou azul marinho, com alça lisa, conforme NBR 13282/98. Marcas de referência: Termolar, Aladdin, Invicta, Soprano ou similar.	Un.	67,00	6.030,00	Justiça Federal do Pará	Belém	20	90
					Batalhão de Infantaria de Selva	Belém	50	
					Base de Administração e Apoio (CMN)	Belém	20	
17	Garrafa Térmica de ampola de vidro, revestimento de polipropileno, com mecanismo de pressão, capacidade de 1,5 Litro, cor preta ou azul marinho, com alça lisa, conforme NBR 13282/98. Marcas de referência: Termolar, Aladdin, Invicta,	Un.	93,00	11.160,00	Justiça Federal do Pará	Belém	20	120
					Batalhão de Infantaria de Selva	Belém	80	

	Soprano ou similar.				Base de Administração e Apoio (CMN)	Belém	20	
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE 2</b>						<b>R\$- 51.105,40</b>		

#### 4. DO PROCEDIMENTO PARA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

**4.1.** As licitantes classificadas, quando convocadas pelo pregoeiro, obrigam-se a encaminhar amostra dos materiais ofertados, constantes das respectivas propostas, para a Seção de Material da Seção Judiciária do Pará, situada na Rua Domingos Marreiros, 598, Umarizal, Belém/PA, CEP 66.055-210, das 09:00h às 18:00h, identificando corretamente cada amostra apresentada, com o número do Item referente ao Edital do Pregão.

**4.1.1.** As amostras deverão ser apresentadas, tão logo as licitantes sejam convocadas a fazê-lo, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da notificação pelo Pregoeiro, no chat da Sessão;

**4.1.2.** As amostras deverão possuir, obrigatoriamente, todas as informações acerca das especificações do produto, relativas às condições ou exigências contidas neste Termo;

**4.1.3. É dispensada a apresentação de amostra do material quando a proposta for referente à marca indicada neste termo como referência;**

**4.1.4.** O prazo estabelecido no item 4.1.1 poderá ser prorrogável, mediante solicitação devidamente justificada e aceita pelo pregoeiro;

**4.2.** Com base no art. 15, I, da Lei 8.666/1993, as amostras serão avaliadas com base nas especificações técnicas deste termo e desempenho apresentados do material, conforme disposto nos arts. 37 e 70 da Constituição Federal que primam pela eficiência e economicidade (relação custo-benefício) na Administração.

**4.2.1.** As amostras serão analisadas pelos servidores responsáveis pela elaboração deste termo e pelo corpo técnico desta Unidade, os quais emitirão laudo, informando se foram aprovadas, podendo, conforme o caso, serem inutilizadas durante tal processo;

**4.2.2.** As amostras de garrafa térmica deverão manter a temperatura do conteúdo por no mínimo 04h00.

**4.3.** O exame das amostras tem por objetivo confrontar os materiais propostos com as especificações exigidas neste termo de referência, em especial, no que diz respeito à qualidade, durabilidade e funcionalidade dos materiais, de forma que os mesmos ao serem utilizados, não provoquem ou sofram danos, preservando, assim, o erário público.

**4.3.1** O julgamento técnico das amostras ocorrerá em sessão pública, nas dependências da Seção Judiciária do Pará, em data e hora a ser agendada pelo pregoeiro em sessão pública.

**4.4.** Caso não seja aprovado o material entregue para análise, as licitantes classificadas em segundo lugar, e, assim sucessivamente, serão chamadas a apresentar amostras, até que seja classificada a sociedade empresária cuja amostra atenda às exigências do Edital e seus Anexos.

**4.5.** Após encerrado o procedimento licitatório, as amostras aprovadas e reprovadas deverão ser retiradas pela(s) licitante(s) no mesmo endereço e horário descritos no item 4.1, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de descarte.

**4.6.** O custo para entrega e retirada das amostras é da licitante (empresa), não cabendo qualquer tipo de ônus à Seção Judiciária do Pará.

**4.7.** Será considerada a melhor proposta aquelas de menor preço que estejam de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.

#### 5. LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS:

**5.1.** A empresa contratada deverá entregar os materiais, objeto desta contratação, no prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho, sob pena de aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e seus anexos, nos seguintes locais:

**5.1.1. SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ – SEÇÃO DE MATERIAL**, situada na Rua Domingos Marreiros, 598, Bairro Umarizal, Belém/PA, das 09 às 18h00 horas.

**5.1.2. COMANDO DO EXÉRCITO – BASE DE ADMINISTRAÇÃO E APOIO (CMN)**, situado na Rua João Diogo nº 458 - Bairro Comércio – Belém/PA

**5.1.3. COMANDO DO EXÉRCITO – 2º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA**, situado na Av. Almirante Barroso, 4421, Bairro Souza – Belém/PA.

**5.2.** O prazo fixado para entrega dos materiais contratados poderá ser prorrogado a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante solicitação escrita apresentada pela CONTRATADA, estabelecendo-se que:

**5.2.1.** Caso se veja impossibilitado de cumprir o prazo estipulado para a entrega dos materiais, a CONTRATADA deverá apresentar, em até 03 (três) dias antes da data de vencimento inicialmente fixada, pedido de prorrogação de prazo, acompanhado de justificativa devidamente fundamentada com os impeditivos de seu cumprimento;

**5.2.2.** O pedido de prorrogação, com indicação do novo prazo de entrega deverá ser encaminhado para a Seção de Material através do e-mail: [semat.pa@trf1.jus.br](mailto:semat.pa@trf1.jus.br).

**5.3.** Vencido o prazo inicial ou da eventual prorrogação, sem que os bens requisitados tenham sido entregues, caracterizar-se-á a recusa do cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, ficará a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas no Edital e seus anexos.

**5.4.** Observado o disposto nos artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, o recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma:

**5.4.1.** Provisoriamente, no ato da entrega do material para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;

**5.4.2.** Definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

**5.5.** Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os materiais fornecidos foram entregues em desacordo com a correspondente proposta de preços, amostra aprovada, fora das especificações fixadas ou incompletas, a CONTRATADA será notificada para substituir, no prazo de 10 (dez) dias úteis, o material recusado, sem ônus para o CONTRATANTE.

**5.6.** O recebimento definitivo dos materiais não exclui a responsabilidade da CONTRATADA quanto aos vícios ocultos, ou seja, aqueles só manifestados quando da sua normal utilização, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

**5.7.** A aceitação do material é condição essencial para o RECEBIMENTO DEFINITIVO, que será realizada pela Seção de Material através do “Atesto” na Nota Fiscal.

## **6. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

**6.1.** Nos termos do artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93, a responsabilidade pela gestão desta contratação ficará a cargo da Seção de Material da Seção Judiciária do Pará, através do servidor designado, que também será responsável pelo recebimento e atesto do documento de cobrança.

**6.2.** A fiscalização desta contratação será realizada por servidor a ser indicado pelo Diretor da Secretaria Administrativa da Seção Judiciária do Pará.

**6.3.** A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

**6.4.** Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da licitante vencedora, os titulares da fiscalização deverão de imediato comunicar por escrito ao órgão de administração a Seção Judiciária do Pará, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Edital e neste Termo de Referência, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: A Contratada obriga-se à:**

**7.1.** Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de cada item contratado, desde que a despesa não esteja liquidada.

**7.1.1.** Por acordo entre as partes, as supressões poderão ser superiores ao limite de 25%.

**7.2.** Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus anexos.

**7.3.** Não subcontratar.

**7.4.** Responsabilizar-se, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Seção Judiciária do Pará ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

**7.5.** Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação, respondendo por todos os custos referente à entrega, tais como fretes, encargos sociais e legais, impostos, seguros e obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados e demais despesas incidentes direta ou indiretamente decorrentes do fornecimento do objeto contratado;

**7.6.** Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital da Licitação;

**7.6.1.** Na hipótese do inadimplemento do subitem anterior, a licitante vencedora será notificada para regularizar a situação, sob pena de rescisão da contratação (Art. 78, inciso I da Lei nº 8.666/1993), além das penalidades previstas no Edital, no Termo de Referência e na Lei;

**7.7.** Substituir, no total ou em parte, qualquer objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da notificação, sem qualquer custo para a Seção Judiciária do Pará;

**7.8.** Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a vigência da Ata, para adoção das medidas cabíveis;

**7.9.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, atendendo de imediato as reclamações a respeito da qualidade do bem licitado;

**7.10.** Responder aos questionamentos e atender à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação, seja por qualquer via, inclusive e-mail ou telefone;

**7.11.** Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados quando da entrega dos produtos;

**7.12.** Corrigir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do fornecimento realizado;

**7.13.** A Seção Judiciária do Pará não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;

**7.14.** Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual;

**7.15.** Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e no Termo de Referência.

## **8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: A Contratante obriga-se à:**

**8.1.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados credenciados da Contratada;

**8.2.** Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Edital;

**8.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências da Contratante.

**8.4.** Efetuar o pagamento nas condições e prazos pactuados.

## **9. DO PAGAMENTO**

**9.1.** O pagamento será efetuado em parcela única mediante crédito em conta-corrente até 10 (dez) dias úteis após o atesto do documento de cobrança, caso não haja ressalvas.

**9.1.1.** A Contratada deverá informar na nota fiscal os dados da conta-corrente para crédito.

**9.2.** Será efetuada a retenção dos tributos e das contribuições federais, conforme estabelecido na Lei nº 9.430/96, na Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**9.3.** Se a empresa for optante pelo SIMPLES deve anexar à fatura declaração constante no Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, situação em que não incidirá a retenção disposta no item acima.

**9.4.** Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a contratada não tenha concorrido de alguma forma, haverá incidência de juros de mora de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia, relativo ao período compreendido entre a data do vencimento do prazo para pagamento até a data da sua efetivação.

**9.5.** Apenas serão pagos os materiais efetivamente fornecidos.

## **10. DA GARANTIA**

**10.1.** A garantia a ser considerada será a do fabricante, sendo que, durante este período, constatado defeito, a CONTRATADA se obriga a substituir todas as unidades do item com defeito no prazo de 10 (dez) dias úteis de sua notificação, sem ônus adicional para a CONTRATANTE e sem prejuízo da abertura de procedimento administrativo e aplicações das sanções previstas nos arts. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e demais legislações correlatas, se for o caso.

**10.1.1.** No caso de bens com prazo de validade dado pelo fabricante, este deverá ter, no ato do recebimento pela Seção Judiciária do Pará, no mínimo, 90% de seu prazo de validade.

**10.1.2.** Em caso de necessidade de prestação de assistência técnica, será obrigação da CONTRATADA realizá-la nas dependências da Seção Judiciária do Pará ou, não sendo

possível sanar o defeito do equipamento no local em que se encontra, retirá-lo para conserto externo, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, inclusive de frete.

**10.2.** O prazo da garantia começará a vigor da emissão da nota fiscal, procedimento esse anterior ao pagamento pela CONTRATANTE.

## **11. DAS SANÇÕES**

**11.1.** Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa, a CONTRATADA que:

**11.1.1.** apresentar documentação falsa;

**11.1.2.** fraudar a execução do contrato;

**11.1.3.** comportar-se de modo inidôneo;

**11.1.4.** cometer fraude fiscal;

**11.1.5.** fizer declaração falsa;

**11.1.6.** não celebrar o contrato;

**11.1.7.** não manter a proposta;

**11.2.** Para os fins do item 11.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

**11.3.** Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato ou de inexecução total ou parcial do objeto, garantida a ampla defesa, a CONTRATADA poderá ser apenada com as seguintes penalidades:

**11.3.1.** advertência;

**11.3.2.** multa;

**11.3.3.** impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

**11.4.** A multa pode ser aplicada juntamente com qualquer outra penalidade.

**11.5.** No caso de inexecução total ou parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

**11.6.** Na hipótese da licitante vencedora não entregar o objeto contratado no prazo estabelecido, caracterizar-se-á atraso, e será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor da contratação por dia de atraso, limitada a 30 (trinta) dias.

**11.7.** A Seção Judiciária do Pará a partir do 15º (décimo quinto) dia de atraso, poderá recusar o objeto contratado, ocasião na qual será cobrada a multa relativa à recusa e não mais a multa diária por atraso, ante a inacumulabilidade da cobrança.

**11.7.1.** Em caso de recusa do objeto contratado aplicar-se-á à CONTRATADA multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor da contratação.

**11.7.2.** A recusa do objeto prevista no item 11.7. não gera nenhum direito à Contratada.

**11.8.** Caso a licitante vencedora não atenda aos demais prazos e obrigações constantes no Edital e neste Termo de Referência, aplicar-se-á multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.



**11.9.** A multa aplicada em razão de atraso injustificado não impede que a Administração rescinda a contratação e aplique outras sanções previstas no Edital e seus anexos, bem como em lei.

**11.10.** Nas hipóteses de rescisão unilateral, deve ser aplicada multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação.

**11.11.** As multas descritas serão descontadas de pagamentos a serem efetuados ou da garantia, quando houver, ou ainda cobradas administrativamente e, na impossibilidade, judicialmente.

**11.12.** A Seção Judiciária do Pará poderá suspender o pagamento devido até a conclusão dos processos de aplicação das penalidades.

**11.13.** As penalidades aplicadas à licitante vencedora serão registradas no SICAF.

**11.14.** A licitante vencedora não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela Seção Judiciária do Pará, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela Administração.

## **12. DA VIGÊNCIA**

**12.1.** A Ata originada do referido procedimento licitatório terá vigência de 12 (meses).

**Belém/PA, 28 de junho de 2018.**

**Paulo Alex da Costa Pena**

SESEG/SJPA

ANEXO II

MINUTA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2018

PROCESSO Nº 0005196-79.2018.4.01.8010

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 26/2018

A União, por intermédio da JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ, com registro no CNPJ/MF nº 05.421.948/0001-34 e sede na Rua Domingos Marreiros nº 598 - Bairro do Umarizal, cidade de Belém-PA, neste ato representada pelo Diretor da Secretaria Administrativa, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, no uso de suas atribuições, resolve REGISTRAR O PREÇO ofertado pelo fornecedor abaixo relacionado, nos termos da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002; Lei 8.078/90 (Código do Consumidor), e dos Decretos nº 7.892/13, 3.555/00, 5.450/05 e 3.722/01, Resolução n. 15, de 02.10.2000, alterada pela Resolução 600-07 de 15.08.2003, do Exmo Sr. Desembargador Federal Presidente do TRF 1ª Região e **Processo Administrativo nº 0005196-79.2018.4.01.8010**, conforme quadro abaixo:

Objeto:						
Fornecedor:						
CNPJ:						
Endereço:						
Representante Legal:				– CPF:		
Telefone: (XX)			E-mail:			
Item	Especificação	Local de Entrega	Qtde	Un	Marca	Valor unitário registrado (R\$)

Este Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, **contados da data da assinatura no presente documento**, não admitida prorrogação.

A proposta da empresa fornecedora, bem como o edital e anexos do Pregão acima citado, integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

A assinatura da presente ata implicará plena aceitação, por parte do fornecedor, das condições estabelecidas no Edital de licitação e seus Anexos, não podendo alegar desconhecimento de quaisquer obrigações e penalidades.

As especificações completas dos itens registrados constam do Anexo I do Edital citado.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade

da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892/13, e na Lei nº 8.666/93.

O fornecedor terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, nos termos das disposições contidas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/13.

A apuração e aplicação de sanções dar-se-á na forma da Seção “DAS SANÇÕES” do edital.

Integram a presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição, o Edital, o Termo de Referência e a proposta da empresa.

Os preços serão fixos e irrevogáveis, nos termos da legislação em vigor.

Os preços registrados e a indicação do respectivo fornecedor, detentor da Ata, serão divulgados no portal da internet [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

A ata de Registro de Preços, objeto do referido Pregão, e os eventuais termos dela decorrentes serão publicados no portal [www.jfpa.jus.br](http://www.jfpa.jus.br).

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas na cidade de Belém, no Foro Federal, com renúncia expressa de qualquer outro.

Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 7.892/13, do Decreto nº 3.722/01, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.

E por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam eletronicamente este instrumento o ordenador de despesa da Seção Judiciária do Pará e o fornecedor registrado, na pessoa dos seus representantes legais.

Belém, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**XXXXXXXXXXXXX**

Diretor da Secretaria Administrativa  
Contratante

**XXXXXXXXXXXXX**

Representante Legal  
Contratada